

TERMO DE REFERÊNCIA Dispensa de Licitação – Aquisição de Bens com Contrato SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO	CÓDIGO:	
	VERSÃO Nº:	1.0
	EMISSÃO:	03/08/2021
	PÁGINA:	1 de 6

1. UNIDADE REQUISITANTE: Hospital Infantil Albert Sabin.

2. DO OBJETO: Aquisição de medicamento, de acordo com as especificações e quantitativos previstos neste Termo.

Forma de fornecimento: Integral

3. DA JUSTIFICATIVA

Necessidade de abastecer a Unidade Hospitalar para atendimento dos pacientes a fim de repor o estoque, evitando o desabastecimento, bem como manter a qualidade dos serviços nas diversas áreas que necessitam seu uso.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

ITEM	DESCRIÇÃO	APRESENTAÇÃO	TOTAL 180 DIAS
1	DIAZÓXIDO 25MG	COMPRIMIDO	2.500

4.1. Qualificação Técnica:

4.1.1. O licitante deverá apresentar registro de medicamento no país de origem.

4.1.2. Os licitantes deverão assinar as declarações conforme modelos constantes nos Anexos I e II deste Termo Referência.

4.1.3. Ficam dispensadas da apresentação da Autorização de Funcionamento (AFE) e da Autorização Especial (AE) disposta no § 3º o Ministério da Saúde, as secretarias estaduais e municipais de saúde e os hospitais públicos e privados para aquisição dos produtos de que trata o caput para seu uso exclusivo."(NR).

4.1.4. A proposta Comercial deverá conter o número do registro do produto do país de origem, acrescido do fabricante e lotes ofertados, para que não restem dúvidas sobre o produto ofertado;

4.1.5. No caso de medicamentos, comprovante de pré-qualificação pela OMS, ou de registro válido em país cuja autoridade regulatória competente seja membro do Conselho Internacional para Harmonização de Requisitos Técnicos de Produtos Farmacêuticos de Uso Humano (International Council for Harmonisation of Technical Requirements for Pharmaceuticals for Human Use – ICH).

4.1.6. Comprovante de Cumprimento de Boas Práticas de fabricação ou documento equivalente, do país (traduzidos).

4.1.7. Declaração que ateste a adoção das estratégias de monitoramento e cumprimento das diretrizes de farmacovigilância ou tecnovigilância.

4.2. Condições Especiais:

22



TERMO DE REFERÊNCIA Dispensa de Licitação – Aquisição de Bens com Contrato SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO	CÓDIGO:	
	VERSÃO Nº:	1.0
	EMIÇÃO:	03/08/2021
	PÁGINA:	2 de 6

4.2.1. De acordo com a legislação brasileira, os licitantes estrangeiros interessados, que ainda não funcionam no país, deverão instituir representação legal no Brasil, com poderes para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

4.2.2. As empresas estrangeiras participando através de seu representante legal deverão apresentar documento de nomeação dos mesmos, com poderes para representá-las, responder pelas mesmas e receber notificações relativas a este procedimento licitatório.

4.2.3. Licitantes estrangeiros que não funcionam no País apresentarão documentação de habilitação e qualificação equivalente ao exigido na Lei nº 8.166/1993.

4.2.4. Qualquer documento em outra língua que não o português deverá ser apresentado juntamente com uma tradução.

5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS (DO)

5.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos :

UNIDADE	CÓDIGO COMPLETO	REDUZIDO	ELEMENTO DA DESPESA
HIAS	5797.24200204.10.302.631.20077.03.33903000.2.91.00.1.30	57	MATERIAL DE CONSUMO

6. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

6.1. Quanto à entrega:

6.1.1. O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações estabelecidas neste instrumento, em território nacional, no prazo de 15(quinze) dias, contado a partir do recebimento da nota de empenho ou instrumento hábil.

6.1.2. O contratado deverá estabelecer mecanismos para garantir condições gerais e a manutenção da qualidade dos medicamentos e o seu uso adequado armazenamento.

6.1.3. No caso dos medicamentos que requeiram armazenamento sob refrigeração, deverá ser assegurado o monitoramento da temperatura de conservação e transporte, durante o trânsito, desde o momento do embarque e da chegada ao local de armazenamento até o momento da efetiva entrega, devendo-se informar ao contratante, imediatamente, caso tenha ocorrido excursão de temperatura que possa comprometer a qualidade do produto.

6.1.4. Em relação a licitantes estrangeiros:

6.1.4.1. O transporte da carga será feito por via aérea.

6.1.4.2. A Fatura Proforma definitiva deverá conter os seguintes dados:

6.1.4.2.1. Valor unitário e valor total dos produtos

6.1.4.2.2. Prazo de validade da proposta: mínimo de 15(quinze) dias.

6.1.4.2.3. Prazo de entrega /embarque: conforme disposto no item 6.1.1

6.1.4.2.4. Frete e seguro da carga destacados em separado, sob pena de nulidade;



TERMO DE REFERÊNCIA Dispensa de Licitação – Aquisição de Bens com Contrato SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO	CÓDIGO:	
	VERSÃO Nº:	1.0
	EMISSÃO:	03/08/2021
	PÁGINA:	3 de 6

6.1.4.2.5. Incluir data, número e assinatura.

6.1.4.2.6. Incoterm: CIP(custo+frete+seguro). Incluir todos os custos da mercadoria até o território nacional, em relação ao qual orientamos consulta ao endereço eletrônico <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2021/saiba-mais-sobre-importação-de-dispositivos-e-medicamentos>, no sentido de verificação dos locais de entrada e de desembaraço dos medicamentos, descritos no Anexo I da RDC 483/2021, sujeitos ao controle especial da Portaria SVS/MS 344/98 e que integram o Procedimento 1 e 3 da RDC 81/2008;

6.1.4.2.7. NCM dos produtos;

6.1.4.2.8. Dados bancários completos para pagamento no exterior;

6.1.4.2.9. Modalidade de pagamento, conforme disposto neste Termo;

6.1.4.2.10. Peso líquido, e a temperatura correta da mercadoria, conforme exigência da Receita Federal;

6.1.4.2.11. Marca e fabricante, com especificação do endereço completo do fabrica;

6.1.4.2.12. Origem/procedência;

6.1.4.2.13. Validade do produto, na forma do item 6.1.2.

6.1.4.2.14. Assinatura do responsável contendo nome completo, assinatura legível, RG, cargo e CNPJ da Empresa.

6.1.4.2.15. Declarar estar de acordo com as exigências solicitadas, bem como as sanções previstas na Lei nº 6.544/99, combinado com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas atualizações, pela inexecução total ou parcial do ajuste ou por atraso no fornecimento contratado.

6.1.2. O medicamento deverá ser entregue, com prazo de validade equivalente a no mínimo 75% da validade total dos produtos, contados da data de fabricação. No caso de absoluta impossibilidade do cumprimento desta condição, a contratada deverá solicitar formalmente a autorização para o recebimento, mediante apresentação de Carta de Comprometimento de Troca. A carta deverá ser em papel timbrado, assinada pelo representante legal da empresa, caso acatado o referido documento deverá acompanhar a nota fiscal de recebimento.

6.1.3. Os medicamentos deverão conter externamente em suas embalagens originais, a identificação do nº do lote, data de fabricação e data de validade nos termos 6.1.2, e em posição de destaque, a seguinte frase: "VENDA PROIBIDA".

6.1.4. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde q justificados ate 2(dois) dias uteis do término do prazo de entrega, e aceitos pela contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

6.1.5. O embarque não realizado dentro do prazo estipulado sujeitará a licitante a desclassificação e penalização.

6.2. Quanto ao recebimento:

6.2.1. PROVISORIAMENTE, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada pela contratante.

6.2.1.1. Os medicamentos só serão recebidos se transportados de acordo com as normas adequadas relativas a embalagem, volume, controle de temperatura, etc.

6.2.1.2. O ato de recebimento dos medicamentos, não importa em aceitação. A Secretaria da Saúde e os demais órgãos participantes, poderão recusá-los no momento em que constatar irregularidades, especificações incorretas ou estejam contrariando os padrões determinados pela legislação oficial vigente.



<p align="center">TERMO DE REFERÊNCIA Dispensa de Licitação – Aquisição de Bens com Contrato SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO</p>	CÓDIGO:	
	VERSÃO Nº:	1.0
	EMISSÃO:	03/08/2021
	PÁGINA:	4 de 6

6.2.2. DEFINITIVAMENTE, sendo expedido termo de recebimento definitivo, após verificação da qualidade e da quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e, conseqüente aceitação das notas fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação.

7.1.1. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

7.1.2. A depender das condições impostas pela contratada, em caso de interesse exclusivo por pagamento antecipado, este será efetuado mediante "CASH AGAINST DOCUMENTS-CAD", necessariamente após comprovação de embarque, e condicionado, ainda, à liberação do medicamento pela ANVISA, respeitado o procedimento da Resolução RDC Nº 483/2021, alterada pela Resolução RDC Nº 489/2021.

7.2. Não será efetuado qualquer pagamento à contratada, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.3. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

7.4. No caso de atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela contratante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

7.4.1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

7.5. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

7.5.1. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa de Débitos Estaduais; Certidão Negativa de Débitos Municipais; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

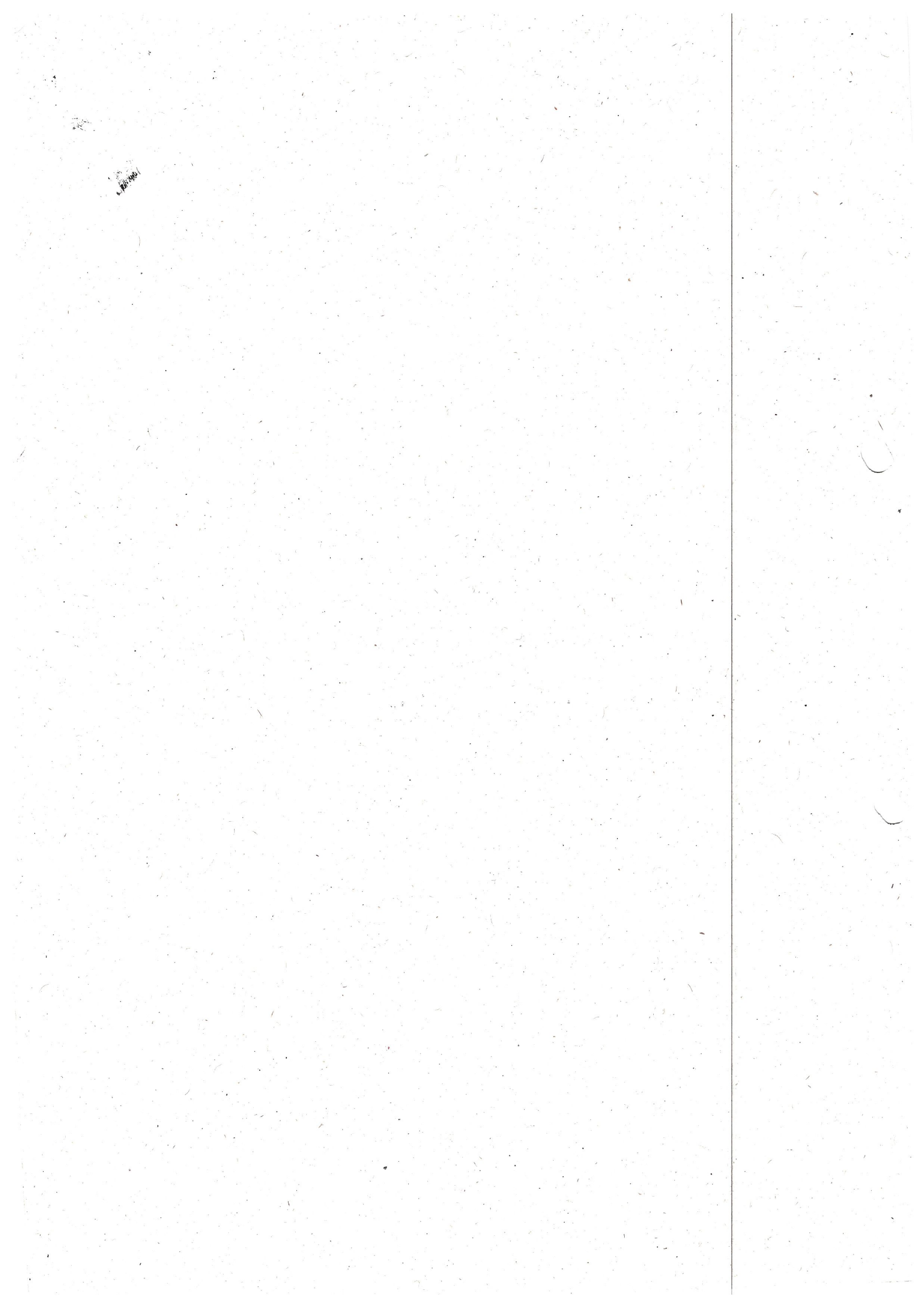
7.6. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão-da imprensa oficial. Caso a documentação tenha sido emitida pela internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

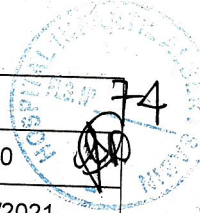
8.1. No caso de inadimplemento de suas obrigações, a contratada estará sujeita, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, às seguintes penalidades:

8.1.1. Multas, estipuladas na forma a seguir:

a) Multa diária de 0,3% (três décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente.



<p align="center">TERMO DE REFERÊNCIA Dispensa de Licitação – Aquisição de Bens com Contrato SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO</p>	CÓDIGO:	
	VERSÃO Nº:	1.0
	EMIÇÃO:	03/08/2021
	PÁGINA:	5 de 6



b) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual superior a 30 (trinta) dias, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente. A aplicação da presente multa exclui a aplicação da multa prevista na alínea anterior.

c) Multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento das demais cláusulas contratuais, elevada para 0,3% (três décimos por cento) em caso de reincidência.

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, no caso de desistência da execução do objeto ou rescisão contratual não motivada pela contratante, inclusive cancelamento do registro de preço.

8.1.2. Impedimento de licitar e contratar com a Administração, sendo, então, descredenciada no cadastro de fornecedores da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais.

8.2. Se não for possível o pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes, a CONTRATADA recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão CONTRATANTE. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

8.3. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.

9.2. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no §1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.

9.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato da contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

9.5. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais, frete, carga, descarga, taxas, seguros, eventuais excursões de temperatura que venham a ocorrer durante o transporte e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.

9.6. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

9.7. Substituir o medicamento que comprovadamente se encontre em desconformidade com as especificações deste termo e com as exigências desta dispensa, no prazo fixado pela Secretaria da Saúde e/ou órgão(s)/ entidade(s) participante(s), contado da sua notificação.



<p style="text-align: center;">TERMO DE REFERÊNCIA Dispensa de Licitação – Aquisição de Bens com Contrato SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO</p>	CÓDIGO:	
	VERSÃO Nº:	1.0
	EMIÇÃO:	03/08/2021
	PÁGINA:	6 de 6



- 9.8. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na entrega do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela contratante.
- 9.9. Reduzir o preço sempre que houver redução do preço máximo na lista da CMED e seu preço registrado esteja superior ao constante na página da CMED, no sítio eletrônico da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Obriga-se, ainda a cumprir automaticamente os descontos CAP (Coeficiente de Adequação de Preços) quando for o caso.
- 9.10. Aplicar as desonerações previstas nas legislações vigentes, quer pela lista da CMED, quer para atendimento a demanda judicial ou ainda por desonerações autorizadas pelo CONFAZ. Esta desoneração será informada e fundamentada pela SESA.
- 9.11. Apresentar, tempestivamente, quaisquer documentos solicitados pela contratante, inclusive os abaixo dispostos:
 - 9.11.1. Rótulos e instruções de uso dos medicamentos em português;
 - 9.11.2. Certificado de liberação do lote, incluindo o laudo analítico de controle de qualidade do produto acabado e, quando existir, do diluente, emitido pelo fabricante;
 - 9.11.3. Comprovante de pré-qualificação pela OMS ou de regularização válido em país cuja autoridade regulatória competente seja membro do Conselho Internacional para Harmonização de Requisitos Técnicos de Produtos Farmacêuticos de Uso Humano (International Council for Harmonisation of Technical Requirements for Pharmaceuticals for Human Use – ICH)
 - 9.11.4. Comprovante de cumprimento de boas práticas de fabricação, ou do documento equivalente, do país;
 - 9.11.5. Cópia dos métodos analíticos utilizados pelo fabricante.
 - 9.11.6. Conhecimento de carga embarcada.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE/IMPORTADORA

- 10.1. Solicitar a execução do objeto à contratada através da emissão de Ordem de Fornecimento.
- 10.2. Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações.
- 10.3. Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.
- 10.4. Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.
- 10.5. Efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições estabelecidas neste Termo.
- 10.6. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 11.1. Caso, no momento de peticionamento eletrônico junto a ANVISA, seja indeferida a importação com base na documentação apresentada pela contratada, isso não gerará qualquer ônus ou obrigação de ressarcimento ao contratante.

12. PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

- 12.1. O prazo de execução é de entrega imediata.